



## TCDF

### Auditor de Controle externo – Especialidade Arquivologia

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	23
Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	24
Emprego de tempos e modos verbais.....	28
Domínio da estrutura morfossintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	33
Emprego das classes de palavras.....	38
Emprego dos sinais de pontuação.....	50
Concordância verbal e nominal.....	54
Regência verbal e nominal.....	57
Emprego do sinal indicativo de crase.....	59
Colocação dos pronomes átonos.....	61
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	63
Significação das palavras.....	65
Manual de Redação Oficial do TCDF (2ª ed.).....	66
Questões.....	67
Gabarito.....	70

## LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Fundamentos da organização dos poderes e do Distrito Federal (Poder Legislativo, Poder Executivo e administração pública); Organização do Distrito Federal; Organização dos poderes; Tributação e orçamento do Distrito Federal; Ordem econômica do Distrito Federal.....	1
Questões.....	60
Gabarito.....	63

# SUMÁRIO



# REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL

Lei Complementar nº 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais): Carreiras, regime e jornada de trabalho; Direitos; Deveres; Regime disciplinar .....	1
Questões .....	49
Gabarito .....	52

# CONHECIMENTOS ACERCA DO DISTRITO FEDERAL E DA POLÍTICA PARA MULHERES

Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE) (Lei Complementar Federal nº 94/1998 e Decreto Federal nº 7.469/2011) .....	1
Plano Distrital de Política para Mulheres.....	10
Questões .....	20
Gabarito.....	23

# LEGISLAÇÃO

Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) .....	1
Questões .....	12
Gabarito.....	16

# ESTATÍSTICA

Estatística descritiva.....	1
Análise exploratória de dados: Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose) .....	2
Probabilidade: Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência .....	16
Amostragem: Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados.....	20
Questões .....	24
Gabarito.....	31

# SUMÁRIO



## RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas .....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões .....	2
Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas, Tabelas-verdade, Equivalências, Leis De Morgan .....	9
Diagramas lógicos .....	15
Lógica de primeira ordem .....	19
Princípios de contagem e probabilidade .....	23
Operações com conjuntos .....	30
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais .....	37
Questões .....	40
Gabarito .....	48

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública. Do modelo racional-legal ao paradigma pósburocrático .....	1
O Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado regulador .....	6
O Estado do bem-estar .....	8
Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público .....	9
Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade .....	12
Transparência da administração pública .....	16
Controle social e cidadania .....	18
Accountability. Governabilidade e governança .....	21
Excelência nos serviços públicos .....	30
Gestão por resultados na produção de serviços públicos .....	32
Gestão de pessoas por competências .....	35
Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais .....	44
Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo) .....	47
Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas .....	58
As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo. Descentralização e democracia. Participação, atores sociais e controle social Gestão local, cidadania e equidade social .....	59
Corrupção e políticas públicas: fatores que influenciam a incidência de corrupção e fatores que promovem a qualidade das políticas públicas .....	62

# SUMÁRIO



Planejamento e avaliação nas políticas públicas. Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos e modelos de avaliação de políticas públicas .....	63
Análise custo benefício e análise custoefetividade .....	66
Indicadores de políticas públicas.....	68
Coleta, análise e interpretação de informações quantitativas e qualitativas para avaliação de programas governamentais .....	70
O ciclo do planejamento em organizações (PDCA) .....	72
Balanced scorecard (BSC). Principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.....	74
Referencial estratégico das organizações. Análise de ambiente interno e externo. Negócio, missão, visão de futuro, valores .....	77
Ferramentas de análise de ambiente: análise SWOT, análise de cenários, matriz GUT e ferramenta 5W2H .....	82
Indicadores de desempenho. Tipos de indicadores. Variáveis componentes dos indicadores.....	83
Questões .....	88
Gabarito.....	92

## AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Auditoria governamental. Conceito, finalidade, objetivo, abrangência e atuação .....	1
Tipos de auditoria governamental. Auditoria de conformidade. Auditoria operacional e avaliação de programas de governo. Auditoria de demonstrações contábeis. Auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados. Auditoria de obras públicas .....	2
Planejamento de auditoria. Determinação de escopo. Materialidade, risco e relevância. Importância da amostragem estatística em auditoria. Matriz de planejamento.....	4
Execução da auditoria. Programas de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria.....	6
Técnicas e procedimentos: exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica, caracterização de achados de auditoria.....	7
Comunicação dos resultados de auditoria. Relatórios de auditoria e pareceres .....	8
Questões .....	10
Gabarito.....	13

# SUMÁRIO

# DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado; governo e administração pública: Conceitos; Elementos .....	1
Direito administrativo: Conceito; Objeto; Fontes .....	6
Agentes públicos: Legislação pertinente; Lei Complementar Distrital nº 840/2011; Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo; emprego e função pública; Provimento; Vacância; Efetividade; estabilidade e vitaliciedade; Remuneração; Direitos e deveres; Responsabilidade .....	28
Processo administrativo disciplinar .....	93
Poderes da administração pública: Hierárquico; disciplinar; regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder .....	101
Regime jurídico administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública .....	112
Responsabilidade civil do Estado: Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso .....	128
Serviços públicos; Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação: concessão; permissão e autorização; Classificação; Princípios .....	135
Organização administrativa; Centralização; descentralização; concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias; fundações; empresas públicas e sociedades de economia mista .....	153
Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos; entidades de apoio; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público .....	156
Controle da administração pública; Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo .....	163
Improbidade administrativa: Lei Federal nº 14.230/2021 .....	172
Processo administrativo: Lei Federal nº 9.784/1999; recepcionada pela Lei Distrital nº 2.834/2001 .....	210
Licitações: Conceito; finalidades; princípios e objeto; Obrigatoriedade; dispensa; inexigibilidade e vedação; Modalidades; Procedimento; revogação e anulação; Sanções penais; Normas gerais de licitação; Pregão; Sistema de registro de preços; Legislação pertinente; Contratos administrativos; Conceito; peculiaridades e interpretação; Formalização; Execução; inexecução; revisão e rescisão; Convênios e consórcios administrativos Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos); Decreto Federal nº 10.024/2019 .....	228
Lei Distrital nº 4.636/2011 .....	381
Decretos Distritais nº 44.330/2023; nº 25.966/2005 e nº 4.649/2013 .....	383
Questões .....	456
Gabarito .....	461

# SUMÁRIO



## DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais .....	1
Aplicabilidade das normas constitucionais: Normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas; Controle de constitucionalidade das leis; Controle incidental ou concreto; Controle abstrato de constitucionalidade; Emenda, reforma e revisão constitucional .....	2
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos .....	15
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal e municípios .....	32
Administração pública: Disposições gerais; Servidores públicos .....	44
Poder Executivo: Atribuições e responsabilidades do presidente da República .....	54
Poder Legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito .....	59
Poder Judiciário; Disposições gerais; Órgãos do Poder Judiciário; Organização e competências; Conselho Nacional de Justiça; Composição e competências .....	76
Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia pública; Defensoria Pública .....	97
Questões .....	104
Gabarito .....	109

## NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS

Dado, informação, conhecimento e inteligência. Dados estruturados e não estruturados. Dados abertos. Coleta, tratamento, armazenamento, integração e recuperação de dados .....	1
Banco de dados relacionais. Conceitos básicos e características .....	12
Metadados .....	15
Tabelas, visões (views) e índices .....	16
Chaves e relacionamentos .....	18
Noções de modelagem dimensional. Conceito e aplicações .....	20
Noções de mineração de dados. Conceituação e características .....	22
Modelo de referência CRISP-DM .....	23
Técnicas para pré-processamento de dados .....	25
Técnicas e tarefas de mineração de dados. Classificação .....	26
Regras de associação .....	27
Análise de agrupamentos (clusterização) .....	29
Detecção de anomalias .....	30
Modelagem preditiva .....	32
Aprendizado de máquina .....	34

# SUMÁRIO

Mineração de texto .....	34
Noções de big data. Conceito, premissas e aplicação.....	35
Visualização e análise exploratória de dados .....	35
Questões .....	37
Gabarito.....	40

## LEI ORGÂNICA DO TCDF

Natureza, competência e jurisdição; Composição; Plenário e câmaras; Presidente, vice-presidente, conselheiros, auditores e Ministério Público; Serviços auxiliares do TCDF .....	1
Questões .....	19
Gabarito.....	22

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL**

*Sob a proteção de Deus, nós, Deputados Distritais, legítimos representantes do povo do Distrito Federal, investidos de Poder Constituinte, respeitando os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgamos a presente Lei Orgânica, que constitui a Lei Fundamental do Distrito Federal, com o objetivo de organizar o exercício do poder, fortalecer as instituições democráticas e os direitos da pessoa humana.*

**TÍTULO I****DOS FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E DO DISTRITO FEDERAL**

Art. 1º O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observados os princípios constitucionais, reger-se-á por esta Lei Orgânica.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 2º O Distrito Federal integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil e tem como valores fundamentais:

- I - a preservação de sua autonomia como unidade federativa;
- II - a plena cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, características genéticas, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 65 de 30/08/2013)

Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

I - garantir e promover os direitos humanos assegurados na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

II - assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e legitimidade dos atos do Poder Público e da eficácia dos serviços públicos;

III - preservar os interesses gerais e coletivos;

IV - promover o bem de todos;

V - proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum;

VI - dar prioridade ao atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social;

VII - garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

VIII - preservar sua identidade, adequando as exigências do desenvolvimento à preservação de sua memória, tradição e peculiaridades;

IX - valorizar e desenvolver a cultura local, de modo a contribuir para a cultura brasileira.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 840, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011**

*O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:*

**TÍTULO III****DAS CARREIRAS E DO REGIME E DA JORNADA DE TRABALHO****CAPÍTULO I****DAS CARREIRAS****SEÇÃO I****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 55. Os cargos de provimento efetivo são organizados em carreira, criada por lei, que deve fixar:

- I – a denominação, o quantitativo e as atribuições dos cargos;
- II – os requisitos para investidura no cargo e desenvolvimento na carreira;
- III – a estrutura da carreira com a fixação dos vencimentos ou do subsídio;
- IV – os critérios de capacitação;
- V – o regime e a jornada de trabalho.

§ 1º (Parágrafo renumerado(a) pelo(a) Lei Complementar 945 de 03/07/2018) (declarado(a) inconstitucional pelo(a) ADI 20180020075790 de 21/09/2018)

§ 2º (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Lei Complementar 945 de 03/07/2018) (declarado(a) inconstitucional pelo(a) ADI 20180020075790 de 21/09/2018)

**SEÇÃO II****DA PROMOÇÃO**

Art. 56. Salvo disposição legal em contrário, a promoção é a movimentação de servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior. (Artigo regulamentado(a) pelo(a) Decreto 37770 de 14/11/2016)

§ 1º A promoção dá-se por merecimento ou por antiguidade, na forma do plano de carreira de cada categoria funcional.

§ 2º A promoção não interrompe o tempo de exercício no cargo.

**CAPÍTULO II****DO REGIME E DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 57. Salvo disposição legal em contrário, o servidor efetivo fica sujeito ao regime de trabalho de trinta horas semanais.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



## Conhecimentos acerca do Distrito Federal e da Política para Mulheres

### Visão histórica

A capital do Brasil foi primeiramente Salvador, depois se tornou o Rio de Janeiro e atualmente é Brasília no planalto central. A ideia de levar a capital para o planalto central, porém ocorreu bem antes da fundação de Brasília. Abaixo relatamos um quadro histórico sobre os fatos relevantes.

<b>1761</b>	Marques de Pombal menciona levar a capital para interior do país usando como justificativa a segurança nacional, visto ficar interiorizada longe da costa marítima.
<b>1789</b>	Na inconfidência mineira manifestou-se o desejo de interiorizar a capital levando-a para a cidade de Ouro Preto.
<b>1823</b>	Foi criado o congresso nacional. O deputado José de Bonifácio defendia veementemente a interiorização da capital. Neste mesmo ano José Bonifácio propõe o nome de “Brasília” para a nova capital.
<b>1891</b>	Foi promulgada a 1ª constituição republicana. Esta constituição determinou a transferência, a demarcação e reserva de uma área de 14.400 Km <sup>2</sup> no planalto central para a fixação da capital do Brasil, oficializando assim a construção de Brasília.
<b>1882</b>	Foi encaminhada para o Planalto Central a Missão Crul que era uma missão exploradora do planalto central do Brasil com o objetivo de fazer um estudo técnico. A missão Crul estudou e demarcou a área para a futura construção da capital.
<b>1922</b>	Pedra Fundamental (Simplesmente um símbolo para anunciar que será construída a capital).
<b>1946</b>	Foi encaminhada outra missão exploradora denominada Missão Poli Coelho para atualizar os dados, visto que 1ª missão foi no século passado.
<b>1956 - 1960</b>	No governo do presidente JK a capital é transferida após sua construção parcial.

### Fatos relevantes sobre JK referentes a construção da capital

1954 — Morte de Getúlio Vargas

1955 — Eleição de Juscelino Kubitschek (JK)

Após ser eleito JK aplicou o seu plano político que continha dois pilares, conforme a imagem abaixo:

PLANO POLÍTICO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (JK)	
PILAR POLÍTICO	PILAR ECONÔMICO
DEFENDER A CONSTITUIÇÃO	LEMA PARA DESENVOLVIMENTO: 50 ANOS EM 5
DEFENDER A DEMOCRACIA	PLANO DE 30 METAS PARA O DESENVOLVIMENTO
	LANÇAMENTO DA META SÍNTESE (CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA)

Dentro deste contexto foi lançada então a **Meta Síntese** que tratava da construção e transferência da capital para a Brasília.

### Construção e interiorização da capital

Na construção da capital no interior do Brasil ocorreram migrações internas principalmente de nordestinos e isto resultou num crescimento desordenado na região.

Os seguintes fatores estavam envolvidos:

1 — Segurança nacional

**LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**

*Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

**TÍTULO II****DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;



Estatística é a ciência que envolve a coleta, análise, interpretação, apresentação e organização de dados. Esta ciência é fundamental para diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, engenharia, ciências sociais, entre outras. A seguir, vamos abordar conceitos essenciais e detalhados sobre estatística, combinando aspectos teóricos e práticos.

### ESTATÍSTICA DESCRITIVA (DEDUTIVA)

O objetivo da Estatística descritiva é resumir as principais características de um conjunto de dados por meio de tabelas, gráficos e resumos numéricos. Utiliza-se de várias ferramentas para organizar e simplificar os dados.

#### Tabelas de Frequência

As tabelas de frequência servem para agrupar informações de modo que estas possam ser analisadas. Podem ser de frequência simples ou de frequência em faixa de valores (classes).

- Frequência Simples: Contagem do número de ocorrências de cada valor.
- Frequência em Faixa de Valores: Agrupamento de dados em intervalos de classe.

#### Gráficos

Os gráficos facilitam a visualização e interpretação dos dados, direcionando a atenção do analista para aspectos específicos do conjunto de dados.

- Diagrama de Barras: Utilizado para dados qualitativos ou quantitativos discretos.
- Diagrama em Setores (gráfico de pizza): Utilizado para mostrar proporções em dados qualitativos.
- Histograma: Gráfico de barras adjacentes que representa a distribuição de frequência de dados contínuos.
- Boxplot (Diagrama de Caixa): Resume a distribuição dos dados mostrando mediana, quartis e possíveis outliers.
- Diagrama de Dispersão: Utilizado para visualizar a relação entre duas variáveis quantitativas.
- Gráfico Sequencial: Mostra a evolução dos dados ao longo do tempo.

#### Resumos Numéricos

Medidas numéricas fornecem informações importantes sobre a distribuição dos dados, ajudando a resumir e interpretar os conjuntos de dados de maneira significativa.

- Medidas de Tendência Central: as medidas de tendência central incluem a média, a mediana e a moda, sendo utilizadas para identificar o ponto central ou típico de um conjunto de dados.
- Medidas de Dispersão: as medidas de dispersão abrangem a amplitude, a variância, o desvio padrão e o coeficiente de variação, sendo utilizadas para quantificar a variação ou a extensão dos dados.
- Outras medidas importantes incluem a simetria, que avalia o grau de simetria da distribuição dos dados; a curtose, que mede o grau de achatamento da distribuição dos dados; e a identificação de valores extremos e discrepantes, conhecidos como outliers, pois esses valores podem influenciar significativamente a análise dos dados e as conclusões tiradas.



## Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

**Proposição:** declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre  $N$ , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.:  $a, b, p, q, \dots$ )

Seja a proposição  $p$ : Carlos é professor

Uma outra proposição  $q$ : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições  $p$  e  $q$  acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

$\wedge$ : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever  $p \wedge q$ .

$\vee$ : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$ : Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$ : “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$ : Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

$\neg$  ou  $\sim$ : negação

$\sim p$ : Carlos não é professor

$\rightarrow$ : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$ : Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real



No Brasil, considerando a trajetória histórica pela qual a gestão das entidades governamentais passaram, a Administração Pública tem evoluído de maneira positiva.

A relevância deste tema reside no contexto global de profundas transformações que a Administração Pública tem experimentado, processo que teve início na década de 70 e engloba diversas correntes de pensamento, formando o que é conhecido como “Nova Gestão Pública” (ou NPM, sigla em inglês para “New Public Management”). Esta transformação também se manifesta no cenário brasileiro. Para compreender a atual gestão pública, é fundamental realizar uma análise retroativa e examinar sua evolução ao longo das décadas.

Nos últimos anos, em todo o mundo, temos observado um debate acalorado - ainda em curso - sobre o papel do Estado na sociedade contemporânea e o nível de intervenção que deve exercer na economia. Na década de 50, o economista Richard Musgrave identificou as três funções clássicas do Estado:

**Função Alocativa:** fornecer bens e serviços que o mercado não provê de forma adequada.

**Função Distributiva:** promover ajustes na distribuição de renda.

**Função Estabilizadora:** evitar grandes oscilações nos níveis de inflação e desemprego.

De fato, entre o período que vai de 1945 (após o término da Segunda Guerra Mundial) e 1973 (ano do primeiro choque do petróleo), a economia mundial experimentou um notável crescimento econômico, sendo este período denominado como a “era dourada”.

Desenvolveu-se a concepção do Estado como provedor de bens e serviços, frequentemente denominado Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State. Isso resultou em uma expansão significativa do papel estatal, e, conseqüentemente, um aumento substancial nos custos operacionais da máquina pública.

No entanto, a partir dos anos 70, o ritmo de crescimento da economia global diminuiu, levando o Estado a enfrentar desafios na execução de suas funções, gradualmente perdendo sua capacidade de atender às crescentes demandas sociais. Essa conjuntura, somada a um crescente endividamento público, resultou, principalmente nos anos 80, na chamada crise fiscal do Estado, caracterizada pela perda de capacidade para realizar os investimentos públicos necessários a um novo ciclo de expansão econômica.

Da crise fiscal, passamos à crise de gestão do Estado, uma vez que a percepção dos cidadãos em relação à disponibilidade de serviços públicos deteriorou-se gradualmente. O Estado, à medida que perdia a capacidade de cumprir suas funções básicas, não conseguia acompanhar as crescentes pressões por serviços como saúde, educação, segurança pública, saneamento, entre outros.

Essa crise de gestão levou à tentativa de superar as limitações do modelo de administração anterior, conhecido como “modelo burocrático”, transformando-o em algo novo, que se assemelhasse mais ao modo de gestão do setor privado, conceituado na esfera pública como “modelo gerencial”.

Portanto, a redefinição do próprio papel do Estado emergiu como uma questão de alcance global nos anos 90. No Brasil, essa temática adquiriu uma importância crucial, dada a significativa presença do Estado na economia nacional. A reforma do Estado tornou-se uma preocupação constante, uma vez que o Estado não conseguia mais responder eficazmente ao excesso de demandas, sobretudo no âmbito social.

Em resumo, a Crise do Estado pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

1) Uma crise fiscal, evidenciada pela progressiva deterioração das finanças públicas, com o déficit público afetando negativamente os investimentos no setor privado.

2) Uma crise relacionada ao modelo de intervenção estatal na economia, marcando o esgotamento da estratégia de estatização. As empresas estatais já não podiam mais impulsionar o crescimento econômico dos países, e o paradigma do Estado interventor, conforme delineado pela economia Keynesiana, estava rapidamente perdendo sua relevância.



## Auditoria Governamental

A auditoria governamental é uma função essencial dentro do sistema de controle das finanças públicas, desempenhando um papel crucial na promoção da transparência, responsabilidade e eficiência na administração pública. Por meio da auditoria, o Estado assegura que os recursos públicos sejam utilizados de acordo com os princípios legais, éticos e econômicos, contribuindo para a governança e o desenvolvimento sustentável das políticas públicas.

### Conceito

A auditoria governamental é definida como o conjunto de procedimentos e técnicas aplicados para avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão dos recursos públicos. Essa avaliação pode ser realizada em todos os níveis da administração pública, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como em entidades da administração direta e indireta, como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. A auditoria governamental não se limita à verificação da conformidade com normas e regulamentos, mas também abrange a análise da qualidade e do impacto das políticas públicas implementadas.

### Finalidade

A principal finalidade da auditoria governamental é assegurar que os recursos públicos sejam administrados de forma responsável e que as operações governamentais sejam realizadas de acordo com os princípios de legalidade, moralidade, transparência e eficiência. A auditoria tem a função de identificar irregularidades, desperdícios, desvios e ineficiências, propondo medidas corretivas que contribuam para a melhoria contínua da administração pública. Além disso, a auditoria governamental desempenha um papel preventivo, ao atuar na orientação dos gestores públicos para que adotem práticas que minimizem riscos e promovam o uso adequado dos recursos.

### Objetivo

O objetivo da auditoria governamental é fornecer aos gestores públicos e à sociedade informações confiáveis e independentes sobre a administração dos recursos públicos. Essas informações são essenciais para a tomada de decisões, para o aprimoramento das políticas públicas e para o fortalecimento do controle social. A auditoria busca avaliar se as operações e atividades governamentais estão sendo realizadas de acordo com as leis, regulamentos e diretrizes estabelecidos, e se os recursos estão sendo aplicados de forma econômica, eficiente e eficaz. Em última análise, o objetivo da auditoria governamental é contribuir para o aprimoramento da gestão pública, garantindo que os recursos públicos gerem os melhores resultados possíveis para a sociedade.

### Abrangência

A abrangência da auditoria governamental é ampla, englobando diversos aspectos da administração pública. A auditoria pode ser realizada em diferentes áreas, como a financeira, contábil, operacional e patrimonial. No âmbito financeiro e contábil, a auditoria verifica a precisão e a integridade das demonstrações financeiras e dos registros contábeis, assegurando que eles reflitam de forma fiel a situação financeira da entidade auditada. Na área operacional, a auditoria analisa a eficiência e a eficácia dos processos e procedimentos utilizados na gestão dos recursos públicos, identificando oportunidades de melhoria. A auditoria patrimonial, por sua vez, envolve a verificação da existência, estado de conservação e utilização adequada dos bens públicos.

Além disso, a auditoria governamental pode ser classificada em diferentes tipos, como auditoria de conformidade, auditoria operacional, auditoria de desempenho, auditoria de sistemas e auditoria de tecnologia da informação. Cada tipo de auditoria tem um foco específico, mas todos compartilham o objetivo comum de assegurar a boa governança e a integridade da gestão pública.



## — Estado

### Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legítima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

*Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88).



## **Forma, Sistema e Fundamentos da República**

### **– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo**

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

### **– Princípio Federativo**

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

### **– Princípio Republicano**

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

### **– Princípio do Estado Democrático de Direito**

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

### **– Princípio da Soberania Popular**

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

### **– Princípio da Separação dos Poderes**

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

## **TÍTULO I**

### **DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.



## Noções de Análise de Dados

### Dados estruturados, semiestruturados e não estruturados

Existem três formas de classificar os dados de acordo com sua estrutura<sup>1</sup>:

- Dados estruturados;
- Dados semiestruturados;
- Dados não estruturados.



A imagem acima mostra uma diferença visual, sugerindo que os dados estruturados são organizados em um padrão fixo, enquanto os não estruturados são seguem uma estrutura rígida. Os semiestruturados fica entre os extremos: não são estruturados de forma rígida, mas também não são totalmente desestruturados.

Vamos ver agora em detalhes cada classificação de dados e depois os compararemos novamente.

#### Dados estruturados

Dados estruturados são aqueles organizados e representados com uma estrutura rígida, a qual foi previamente planejada para armazená-los.

Pense em um formulário de cadastro com os campos: nome, e-mail, idade e uma pergunta que admite como resposta sim ou não. O campo nome será um texto, uma sequência de letras com ou sem a presença de espaços em branco, que terá um limite máximo e não poderá conter números ou símbolos. O campo e-mail também terá o padrão textual, mas formado por uma sequência de caracteres (e não só letras, pois admitirá números e alguns símbolos) e terá que ter obrigatoriamente um arroba. Idade é um campo que aceita apenas um número inteiro positivo, enquanto o campo referente a pergunta armazena um valor binário (pense um 1 bit, que pode ser 0 ou 1. Valor 0 para não, 1 para sim). Assim, cada campo possui um padrão bem definido, que representa uma estrutura rígida e um formato previamente projetado para ele.

Os dados de um mesmo cadastro estão relacionados (dizem respeito a mesma pessoa). Em outras palavras, os dados estruturados de um mesmo bloco (registro) possuem uma relação.

Registros ou grupos de dados diferentes (como de pessoas diferentes), possuem diferentes valores, mas utilizam a mesma representação estrutural homogênea para armazenar os dados. Ou seja, possuem mesmo atributos (pense como sinônimo de campos no exemplo acima) e formatos, mas valores diferentes.

Agora, veja, banco de dados é um exemplo de dados estruturados, mas existem outros. O formulário de cadastro, mesmo que salvasse os dados em outro recurso fora banco de dados (como em um arquivo), também é um exemplo de dados estruturados por conter campos definidos por uma estrutura rígida e previamente projetada, se enquadrando na definição.

<sup>1</sup> <https://universidadedatecnologia.com.br/dados-estruturados-e-nao-estruturados/>



## Lei Orgânica do TCDF

### LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 09 DE MAIO DE 1994

*Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL**, Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

#### TÍTULO I

#### NATUREZA, COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

##### CAPÍTULO I

##### NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

I – apreciar as contas anuais do Governador, fazer sobre elas relatório analítico e emitir parecer prévio, nos termos do art. 37 desta Lei Complementar;

II – julgar as contas:

a) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta ou que estejam sob sua responsabilidade, incluídos os das fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público do Distrito Federal, bem como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

b) dos dirigentes ou liquidantes de empresas incorporadas, extintas, liquidadas ou sob intervenção ou que, de qualquer modo, venham a integrar, provisória ou definitivamente, o patrimônio do Distrito Federal ou de outra entidade da administração indireta;

c) daqueles que assumam obrigações de natureza pecuniária em nome do Distrito Federal ou de entidade da administração indireta;

d) dos dirigentes de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam contribuições, subvenções, auxílios e assemelhados, até o limite do patrimônio transferido;

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV – avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual;

V – realizar, por iniciativa própria, da Câmara Legislativa ou de alguma de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e administração indireta:

a) da estimativa, lançamento, arrecadação, recolhimento, parcelamento e renúncia de receitas;

b) dos incentivos, transações, remissões e anistias fiscais, isenções, subsídios, benefícios e assemelhados, de natureza financeira, tributária, creditícia e outras concedidas pelo Distrito Federal;

c) das despesas de investimento e custeio, inclusive à conta de fundo especial, de natureza contábil ou financeira;